



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
PRIMEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

Processo nº 10840.904848/2009-18
Recurso nº Voluntário
Acórdão nº 1301-003.300 – 3^a Câmara / 1^a Turma Ordinária
Sessão de 15 de agosto de 2018
Matéria DECLARAÇÃO DE COMPENSAÇÃO
Recorrente HOSPITAL SÃO FRANCISCO SOCIEDADE EMPRESÁRIA LTDA
Recorrida FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL

Data do fato gerador: 31/07/2006

PEDIDO DE COMPENSAÇÃO. POSSIBILIDADE DE RETIFICAÇÃO DAS DECLARAÇÕES.

Constatada a existência do crédito tributário, por meio das DCTF retificadora apresentada após a emissão do despacho decisório tributário, este deve ser analisado pela fiscalização, em homenagem ao princípio da verdade material no processo administrativo.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso para reconhecer o direito de crédito de R\$ 189,30 e homologar a compensação declarada até este limite, nos termos do voto da relatora.

(assinado digitalmente)
Fernando Brasil de Oliveira Pinto - Presidente.

(assinado digitalmente)
Amélia Wakako Morishita Yamamoto - Relatora.

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Roberto Silva Júnior, José Eduardo Dornelas Souza, Nelsinho Kichel, Carlos Augusto Daniel Neto, Amélia Wakako Morishita Yamamoto e Fernando Brasil de Oliveira Pinto. Ausente, justificadamente, a Conselheira Bianca Felícia Rothschild.

Relatório

HOSPITAL SÃO FRANCISCO SOCIEDADE EMPRESÁRIA LTDA, já qualificado nos autos, recorre da decisão proferida pela 6^a Turma da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Ribeirão Preto (SP) - DRJ/RPO (e-fls. 93 e ss), que, por unanimidade de votos, julgou improcedente a manifestação de inconformidade apresentada.

Segundo o Relatório do acórdão recorrido:

Trata-se de Manifestação de Inconformidade interposta em face do Despacho Decisório, em que foi apreciada a Declaração de Compensação (PER/DCOMP) de nº 33179.89026.310806.1.3.04-8100, por intermédio da qual a contribuinte pretende compensar débito (CSLL – código de receita: 2484) de sua responsabilidade com crédito decorrente de pagamento indevido ou a maior de tributo (CSLL – código de receita: 2484).

Despacho Decisório da DRF

Por intermédio do despacho decisório de fl. 07, não foi reconhecido qualquer direito creditório a favor da contribuinte e, por conseguinte, não-homologada a compensação declarada no presente processo, ao fundamento de que o pagamento informado como origem do crédito foi integralmente utilizado para quitação de débitos da contribuinte, “não restando crédito disponível para compensação dos débitos informados no PER/DCOMP”.

Da Manifestação de Inconformidade

Nos termos da decisão da DRJ, segue o relato da Manifestação de Inconformidade, (fls.11 e ss) que aduziu os seguintes argumentos:

- a) nos termos do artigo 74 da Lei nº 9.430/1996, apurou crédito relativo à Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, tributo administrado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, passível de restituição ou resarcimento por quanto indevidamente recolhido a maior pelo Contribuinte no período de 06/2006;
- b) por conseguinte, apresentou declaração de compensação de crédito perante a Receita Federal do Brasil, via PER/DOMP (doc. 01), apurando como crédito (utilizado para compensação), o valor originário de R\$ 189,30 (cento e oitenta e nove reais e trinta centavos), qual atualizado perfez a quantia de R\$ 191,51 (cento e noventa e um reais e cinqüenta e um centavos);
- c) a autoridade administrativa, em r. despacho decisório, fundamentou que o contribuinte não é possuidor do crédito apurado, apto a amparar o livre

convencimento motivado deste julgador administrativo razão pela qual “não homologou” a compensação efetuada;

d) a autoridade administrativa convalidou um quantum debeatur em favor do Fisco, no importe de R\$ 191,51 (cento e noventa e um reais e cinqüenta e um centavos), mais juros e multa;

e) a compensação realizada, por ser estritamente legal, merece ser homologada, também devendo ser declarado extinto o crédito tributário efetivamente compensado;

f) sabe-se que o contribuinte recolheu para o período de apuração: 30/06/2006, o valor total de R\$ 104.886,16 (cento e quatro mil oitocentos e oitenta e seis reais e dezesseis centavos) a título de CSLL - código 2484;

g) entretanto, em procedimento de auditoria e verificação interna da apuração dos tributos, constatou-se que o Contribuinte recolheu indevidamente e a maior o tributo em questão. Este fato ensejou a compensação realizada via PER/DCOMP nº 33179.89026.310806.1.3.04-8100;

h) o valor efetivo da contribuição CSLL – competência 06/2006 devida era no importe de R\$ 104.696,85 (cento e quatro mil, seiscentos e noventa e seis reais e oitenta e cinco centavos);

i) como pode ser observado pelo incluso documento (doc. 03), o Contribuinte apresentou, em 29/06/2007, a Declaração Retificadora de sua DIPJ (Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica), onde confessou o valor correto a recolher, a título de CSLL, no período de competência 06/2006;

j) o Contribuinte também apresentou DCTF-retificadora, pela qual se comprova o alegado, inferindo que o valor correto a pagar a título da CSLL é R\$ 104.696,85 e não o valor informado alhures ao Fisco;

k) ao avaliar a declaração de compensação formulada pelo Contribuinte, a Autoridade Fiscal deixou de avaliar as declarações retificadoras apresentadas;

l) reitera que a declaração retificadora da DIPJ do Contribuinte foi apresentada em 29/06/2007, momento muito anterior ao despacho impugnado, qual houve por não homologar a compensação declarada, cuja ciência foi conferida ao Contribuinte tão-somente em 29/04/2009;

m) evidentemente, houve equívoco por parte da Autoridade Fiscal, pois, acaso fossem analisadas as declarações retificadoras, não existiria motivo para não se homologar a compensação realizada;

n) ressalta que o E. Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda e uníssono ao proclamar que a declaração retificadora tem a mesma natureza da declaração originariamente apresentada, substituindo-a integralmente, servindo não só para declarar novos débitos, aumentar ou reduzir os valores de débitos já informados, como também para efetivar qualquer alteração nos créditos vinculados em declarações anteriores;

o) para comprovar o alegado, traz julgado administrativo, apto a amparar o livre convencimento motivado deste julgador (ementa anexa, retiradas junto ao sítio do Ministério da Fazenda - doc. 04);

p) dentro de uma configuração juris tantum, há de se assentir que os valores demonstrados pelo Contribuinte, por meio da declaração retificadora, possui presunção legal de veracidade, motivo pelo qual a compensação efetuada foi deveras lídima;

q) requer o contribuinte que seja recebida a presente manifestação de inconformidade, sendo aceito seus fundamentos para que, uma vez conferida a exatidão do cálculo de seus créditos de CSLL, oriundos do indevido recolhimento a maior deste tributo, para que seja, via de consequência, homologada a compensação realizada, declarando-se extinto o crédito tributário efetivamente compensado;

r) solicita que em todas as intimações e notificações constem o nome do advogado Gustavo Sampaio Vilhena, regularmente inscrito na OAB/SP sob nº 165.462, com escritório na Avenida Costávile Romano 1109, Bairro Ribeirânia, Cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, CEP nº 14.096-380. Ao final, requer deferimento.

Em julgamento realizado em 29 de outubro de 2012, 6ª Turma da DRJ/RPO, considerou improcedente a manifestação apresentada e prolatou o acórdão 14-39-145, assim ementado:

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL

Data do fato gerador: 31/07/2006

DIREITO CREDITÓRIO. ÔNUS DA PROVA.

Incumbe ao sujeito passivo a demonstração, acompanhada das provas hábeis, da composição e a existência do crédito que alega possuir junto à Fazenda Nacional para que sejam aferidas sua liquidez e certeza pela autoridade administrativa.

COMPENSAÇÃO TRIBUTÁRIA.

Apenas os créditos líquidos e certos são passíveis de compensação tributária, conforme artigo 170 do Código Tributário Nacional.

Manifestação de Inconformidade Improcedente

Direito Creditório Não Reconhecido

Do Recurso Voluntário

A contribuinte apresentou recurso voluntário às e-fls. 107 e ss, onde reforça os argumentos já apresentados em sede de manifestação de inconformidade, atendo-se aos seguintes pontos:

- do necessário reconhecimento do direito creditório do recorrente - necessária homologação da compensação;

Recebi os autos por sorteio em 12/04/2018.

É o relatório.

Voto

Conselheira Amélia Wakako Morishita Yamamoto, Relatora.

A contribuinte foi cientificada do teor do acórdão da DRJ/RPO e intimada ao recolhimento do débito em 19/11/2013, (AR à e-fl. 104), e apresentou em 19/12/2012, recurso voluntário e demais documentos, juntados às e-fls. 107 e ss.

Já que atendidos os requisitos de admissibilidade previstos no Decreto nº 70.235/72, e tempestivo, dele conheço.

Segundo o Despacho Decisório, de e-fls. 7, todo o DARF relacionado estava alocado para um débito, de tal forma que não restou nenhum crédito disponível a ser compensado, não homologando a compensação do débito.

De igual forma entendeu o acórdão recorrido, que na data da transmissão da Perdcomp, o crédito não se encontrava líquido e certo, bem como faltou ao recorrente trazer a prova do indébito, tributário, demonstrando o que gerou a CSLL a recuperar.

Passemos aos fatos.

O crédito a que refere a recorrente é de CSLL, antecipação do mês de 06/2006, recolhido em 31/07/2006, conforme DARF, no valor de R\$104.886,16. A DCTF original foi transmitida em 04/08/2006 com esse valor. Em 31/08/2006 foi enviada a Percomp, com o crédito de R\$191,51. A DIPJ, foi entregue no seu prazo habitual, 29/06/2007, com o débito novo.

O ponto aqui é que a DCTF foi somente retificada após o Despacho Decisório, não gerando a informação de crédito para a RFB.

Em sede recursal, junta a recorrente seu livro de apuração, bem como balancetes e relatório de auditoria contábil-fiscal do ano de 2006, mas é certo que ao final do ano não há crédito, bem como não apura saldo negativo de CSLL. Não há informação do que gerou o erro. Juntou o razão do mês de junho a agosto, da conta relativa à provisão de CSLL com as movimentações:

SP RIBEIRAO PRETO DRF

HOSPITAL SAO FRANCISCO SOCIEDADE EMPRESARIA LTDA - HOSPITAL SAO FRANCISCO SOC. EMPRES LTDA
Razão Consolidado

Fl. 177

Folha: 1
Período: 01/06/06 à 31/08/06
Livro: 1

Data	Histórico	Contrap.	Chave	Débito	Crédito	Saldo
Conta:	11305 - 2.1.1.09.0005 - CONTRIBUICAO SOCIAL SOBRE LUCRO					
	Saldo Anterior					231.508,85
30/06/06	IMPORTANCIA DEBITADA NO BANCO REAL REFERENTE CSLL	135	0606-3841	39.467,13		192.041,72
30/06/06	PROVISAO DO MES DE JUNHO/2006 REFERENTE A CSLL	14462	0606-6127		104.696,86	296.738,58
	TOTAL DO MÊS			39.467,13	104.696,86	296.738,58
05/07/06	IMPORTANCIA DEBITADA NO BANCO REAL REFERENTE CSLL COMPL 04/2006	135	0706-1887	309,88		296.428,70
31/07/06	EMISSAO CHEQUE 2790 BANCO BRADESCO P/PAGAMENTO DE CSLL	81	0706-3694	104.886,16		191.542,54
31/07/06	PROVISAO DO MES DE JULHO/2006 REFERENTE A CSLL	14462	0706-6158		65.858,42	257.400,96
	TOTAL DO MÊS			105.196,04	65.858,42	257.400,96
07/08/06	EMISSAO CHEQUE 2825 BANCO BRADESCO P/PAGAMENTO DE RECEITA FEDERAL PARCELAMENTO CSLL	81	0806-4627	3.083,96		254.317,00
31/08/06	IMPORTANCIA DEBITADA NO BANCO REAL REFERENTE CSLL	135	0806-4994	65.669,12		188.647,88
31/08/06	PROVISAO DO MES DE 08/2006 REFERENTE A CSLL	14462	0806-6783		47.817,03	236.464,91
	TOTAL DO MÊS			68.753,08	47.817,03	236.464,91

Porém, ainda que a DCTF tenha sido transmitida posteriormente ao Despacho decisório, é certo que a declaração retificadora tem a mesma natureza da declaração originariamente apresentada, substituindo-a integralmente, nos termos do art. 19, da MP 1990-26/1999, dessa forma, prevalece a declaração retificadora.

Ademais, no caso em tela, de acordo com a DIPJ, a recorrente apurou sua CSLL em todos os meses do ano de 2006 com base em balancete de suspensão ou redução, não caracterizando alteração de regime, e ao final do ano não gerou saldo negativo de CSLL que pudesse englobar o valor recolhido a maior.

Diante de todo o acima exposto, voto por conhecer do Recurso Voluntário, e DAR-LHE provimento para conhecer o direito à utilização do crédito original de R\$189,30, bem como homologar a compensação até este limite.

(assinado digitalmente)
Amélia Wakako Morishita Yamamoto